

**Sobre a importância quase estritamente histórica da tradução do livro *A Vontade de Poder*.**

**On the importance almost strictly historical of the translation of the book "The Will to Power"**

Danilo Bilate\*

*Ao Prof. Marcos Sinésio, membro do conselho editorial da Revista Trágica, in memoriam.*

NIETZSCHE, F. **A vontade de poder**. Tradução de Marcos Sinésio Pereira Fernandes e Francisco José Dias de Moraes. Apresentação de Gilvan Fogel. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

Com o título quero resumir a intenção dessa resenha tardia, uma homenagem à memória de Marcos Sinésio Pereira Fernandes, que, ao lado de José Dias de Moraes, traduziu com competência a polêmica edição de *A vontade de poder*, obra comumente – e equivocadamente – atribuída à Nietzsche. Para que se faça a homenagem, convém elaborar uma crítica justa que reconheça tanto os acertos quanto as falhas da edição brasileira. Com o título, pois, quero informar que tal edição tem, principalmente, importância histórica. Não se trata, em todo caso, de alimentar um debate que muitos consideram enterrado. Trata-se de discutir e analisar quais conclusões práticas se pode tirar daquele debate que pode ainda fazer pensar.

Não quero questionar a validade da afirmação peremptória de que “*A Vontade de Poder* não existe!”, frase que dá título a uma coletânea de artigos de Mazzino Montinari. E digo mesmo que com ela concordo no que ela põe em xeque a autoria do livro. Mas é impossível não admitir sua existência enquanto escrito, o que, de outro modo, seria contradição empírica evidente. Quando dizemos que o debate está morto é porque sabemos que a tal obra não é “genuinamente” nietzschiana. Sabemos todos que não foi Nietzsche quem selecionou os fragmentos e os organizou em um único texto. Sabemos que ele nunca autorizou alguém a fazê-lo por ele. A seleção realizada conjuntamente por sua irmã Elisabeth Förster-Nietzsche e por seu amigo Peter Gast (Heinrich Köselitz), publicada pela primeira vez em 1901 e ampliada em 1906, é uma deturpação que poderíamos inclusive classificar com o forte adjetivo “mendaz”. De

---

\* Doutorando em Filosofia pelo PPGF-UFRJ.

fato, a irmã de Nietzsche tinha a óbvia intenção de adaptar o seu pensamento ao nazismo e obteve sucesso nisso, de modo que a edição da *Vontade de Poder* pode ser considerada uma das causas do preconceito histórico que via no pensamento nietzschiano a sustentação intelectual do nacional-socialismo. Sabemos também que a edição crítica Colli-Montinari é a mais confiável que temos em mãos e que, justamente ela, ignora corretamente a polêmica edição – porque nela, enquanto edição crítica que visa o rigor filológico, não caberia o espaço para a mendacidade.

Nesse sentido, a edição da tradução brasileira peca algumas vezes na “Apresentação” e na seção “Sobre a tradução”. Na primeira seção, encontramos a afirmação de que os fragmentos da seleção Förster-Gast “não foram, como já se disse e se insinuou, distorcidos ou adulterados pelos organizadores” e que as diferenças observáveis na comparação com a edição crítica, se devem a “deslizes naturais de uma publicação” e não de uma “pretensa má-fé” (p.10), afirmação que destoa consideravelmente de fatos já amplamente conhecidos. Felizmente, tal posição é contradita pela seção “Sobre a tradução”, que lembra que Elisabeth, “seja por má-fé, seja por falta de cuidado filosófico, trocou palavras e corrompeu alguns trechos do original” (p.17). Mas os tradutores resolvem argumentar que Peter Gast, devido a sua íntima amizade com Nietzsche, respaldaria, “em particular, o valor da organização da obra” e seria mesmo o “arrimo mais significativo para conferir valor à organização dos aforismos” (p.17). Ora, tentar justificar a tradução brasileira por esse viés argumentativo é um passo em falso. A conclusão que dele se extrai é e será sempre necessariamente equivocada, pois, obviamente, não existe a possibilidade de uma autoria ser “doada” por amizade.

Sobre esse problema, o ponto positivo é que os tradutores usaram a décima terceira edição da Kröner, que é comparada e adequada à edição crítica Colli-Montinari. Além disso, eles indicaram os acréscimos e inclusões de Förster e Gast com o uso de colchetes. Infelizmente, daí não se seguiu a decisão dos tradutores de indicar, em cada fragmento, a numeração cronológica da edição crítica.<sup>1</sup> Seria necessário também que uma apresentação da edição avisasse com toda a atenção possível, para os leitores não iniciados em Nietzsche, que se trata de uma deturpação, coisa que só é sabida, a princípio, pelos pesquisadores mais experientes – e não seria exagero que já na capa constasse não “de Nietzsche”, mas “seleção de fragmentos de Nietzsche” ou alguma

---

<sup>1</sup> Por esse motivo, eu proponho, como anexo a esta minha resenha, disponível nesta mesma edição da *Revista Trágica*, uma tabela com as equivalências da *Vontade de Poder* com a edição Colli-Montinari.

outra observação mais esclarecedora. No entanto, todos esses defeitos podem ainda ser resolvidos com uma segunda publicação da tradução, rigorosamente revisada.

É fato que a *Vontade de Poder* foi lida e comentada por grandes leitores de Nietzsche, como Martin Heidegger, Karl Jaspers, Eugen Fink, Walter Kaufmann e Gilles Deleuze. Portanto, tal livro foi uma das principais fontes de comentadores e grandes filósofos que ainda hoje são lidos à exaustão pelos pesquisadores de Nietzsche. Para compreendê-los, sem dúvida, importa conhecer os caminhos que percorreram como leitores e, para isso, importa então conhecer a “edição mendaz”. Logo, a “Apresentação” e a seção “Sobre a tradução” são textos que – a despeito de algum esforço equivocado em justificar a publicação – são muito menos importantes do que a proposta da tradução por ela mesma e, ressalte-se, não se pode, de modo algum, confundir a própria tradução com os textos anexos a ela.

*Por que não traduzir a Vontade de Poder?* Por que negar ao público brasileiro a possibilidade de acessar a edição de Förster e Gast – tendenciosa, mendaz, equivocada, deturpada, sim! – mas de factual validade histórica? Se o recusamos, dificultamos o trabalho, por exemplo, de um filólogo interessado em pesquisar a controversa relação de Nietzsche com o nazismo. Ou, como outro exemplo, impossibilitamos a um pesquisador interessado em analisar as interpretações heideggerianas ou deleuzianas sobre os conceitos de “vontade de poder” ou de “eterno retorno”, que ele possa ir à frieza do detalhe de vírgulas e travessões do texto deturpado, comparando-os com os textos corretos, detalhes que podem explicar possíveis desvios interpretativos em questão, e, no entanto, coisa triste, o pesquisador brasileiro não poderia ter o prazer de realizar seu trabalho com o auxílio de uma tradução em sua língua materna. Sim, o conhecimento da língua alemã – como da francesa, grega, latina, italiana: a lista pode ser infinita! – é desejável para um pesquisador, mas mesmo com ele não se pode omitir o quanto uma tradução para o português auxilia na produção de textos que nós escrevemos, na maioria das vezes, em português. Coisa curiosa, quem reclama o rigor filológico pode ter a ganhar com a tradução do texto mendaz por causa do... rigor filológico!

Não é o caso do que ocorre ainda hoje, por exemplo, nos Estados Unidos. Com uma estratégia filológica equivocada, autores importantes mesclam aleatoriamente referências à edição crítica e ao famigerado livro, mesmo quando reconhecem as deturpações da edição de Elisabeth. Ainda na década de 90, temos os exemplos de diversos autores de “Nietzsche, Genealogy, Morality”, coletânea de ensaios organizada por Richard Schacht publicada em 1994; “Nietzsche contra Democracy” de Frederick

Sobre a importância quase estritamente histórica da tradução do livro *A Vontade de Poder*.

Appel de 1999; “Nietzsche & the Political” de Daniel Conway, de 1997; “A nietzschean defense of democracy” de Lawrence Hatab de 1995, dentre outros. Cabe então perguntar: a absurda opção metodológica desqualifica por si só tais trabalhos? Devemos deixar de lê-los por conta dela?

Por último, quero explicar porque digo “quase estritamente” no título desta resenha. Numa língua e num país em que muitos dos textos nietzschianos, sobretudo os póstumos, não se encontram disponíveis em português, a tradução da “edição tendenciosa” é uma forma de o leitor ter acesso a esses fragmentos. Ora, que os tradutores tenham optado por traduzi-los na forma da *Vontade de Poder* e não na forma estabelecida por Colli e Montinari é algo que só eles poderiam explicar. A despeito disso, esta edição brasileira pode contribuir para os estudos de Nietzsche no Brasil, pelo menos para aqueles que se interessem por pesquisas de caráter histórico. Para os outros casos, certamente não, o que, entretanto, não desmerece a publicação.